

210 - Dr. Mário Tibúrcio Gomes Carneiro

(Variação: Mario Tiburcio Gomes Carneiro)

Dados Biográficos

Nascimento - 05 de março de 1882, Rio de Janeiro - RJ.

Filiação - Antônio Ernesto Gomes Carneiro e de Margarida Gomes Carneiro.

Formação e atividades principais - Bacharelou-se em Direito em novembro de 1903 pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro - RJ. Em 1905, participou do Congresso de Direito Penal, em Hamburgo na Alemanha e do Congresso Penitenciário, em Budapeste, na Hungria. Em 1908, foi nomeado Auxiliar de Auditor de Guerra, ainda nesse ano participou do Congresso Jurídico Nacional. Em 1909, tornou-se Auditor de Guerra, sendo designado para servir no Gabinete do Ministro da Guerra.

Atuava na Justiça Militar do então Distrito Federal quando no dia 5 de julho de 1922, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso o movimento tenentista que protestava contra a eleição de Arthur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares. Iniciado o processo contra os militares insurretos, Mário Tibúrcio Gomes Carneiro discordou do enquadramento do delito como crime político e solicitou disponibilidade para defender os implicados. Essa atitude trouxe-lhe problemas com as autoridades federais, que chegaram a ameaçá-lo de prisão em virtude de suas respostas às intimações policiais. Ao ser sorteado para integrar o Conselho de Justiça que julgaria o processo, declarou-se sob suspeição, acompanhando postura de vários outros Juízes e Auditores de Guerra. Continuou, entretanto a atuar como Advogado de Defesa no processo, que só foi julgado em 1929. Após a Revolução de 1930, foi nomeado em abril de 1932, Auditor do Conselho Superior de Justiça Militar, voltando a participar, em 1935 e em 1945, do Congresso Jurídico Nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), coligiu, para uso da Força Expedicionária Brasileira (FEB), todos os tratados relativos à conduta da força em operação de guerra continental, trabalho que recebeu o título de “As leis das guerras nas convenções internacionais”. Elaborou o plano de ensino para o curso de emergência para formação de reserva da Justiça Militar, bem como o projeto para sua organização e uma obra contendo as convenções relativas à guerra marítima, para uso nesse curso. Redigiu a publicação “Arquivos da Justiça Militar”.

Foi professor de Direito Penal Militar no curso de adaptação da Escola de Intendência do Exército; membro da comissão encarregada das disposições existentes sobre promoções do Exército; colaborador dos órgãos técnicos do Ministério da Guerra no exame e revisão das leis de emergência pertinentes à defesa nacional e membro da Sociedade Internacional do Direito Penal e da Société Générale de Prison.

Condecora es - Medalha de guerra “pelos relevantes serviços prestados   Na o durante o estado de guerra entre o Brasil-Alemanha e Itália”.

Atividades no STM - Por decreto de 09 de julho de 1947, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar. Tomou posse em 18 de julho do mesmo ano.

Trabalhos publicados - publicou dentre outros: Defesa dos acusados de 5 de julho (1993); Capitula o: Lapa e Tijuca (1950); A Justiça Militar e sua reforma; Direito e processo penal militar; Reforma da Justiça Militar; Nos tribunais militares e Manual do Conselho de Guerra.

Aposentado, por implemento de idade, conforme decreto de 17 de março de 1952, publicado no Diário Oficial, Se o I, de 19 de março do mesmo ano.

Foi casado com No mia Gomes Carneiro.

Falecimento - 24 de março de 1962, no Rio de Janeiro - RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário hit rico-biográfico brasileiro**: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 1, p. 654.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documenta o e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informa es**: Mário Tibúrcio Gomes Carneiro. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Se o de Museu.